

Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão

*Wagner Cabral da Costa**

1. INTRODUÇÃO

Apesar do título pretensioso, este artigo não pretende apresentar uma apreciação global sobre a dominação exercida pela oligarquia Sarney nas três últimas décadas. O nosso objetivo é tão somente indicar alguns elementos conceituais para a interpretação desse fenômeno de dominação política, bem como analisar alguns dados empíricos acerca dos resultados eleitorais recentes e sua relação com a manutenção desse grupo no poder político estadual. A partir da escassa bibliografia disponível e dessa análise conceitual e empírica, faremos um breve ensaio de interpretação sobre o tema em questão. Por não se basear numa pesquisa sistemática, com certeza existirão lacunas importantes, mas o autor se dará por satisfeito se o texto indicar algumas pistas para a reflexão sobre o processo de dominação política no Maranhão.

Partimos explicitamente do conceito de oligarquia para analisar o grupo Sarney e sua hegemonia na política estadual, por isso, se faz necessário indicar ainda que rapidamente o que entendemos por oligarquia.

Desde a sua origem na Grécia, o termo oligarquia carrega consigo um juízo de valor negativo, significando não só “governo de poucos”, mas também um “governo viciado”, impuro e nocivo. Dentre os filósofos gregos, foi Aristóteles quem mais se destacou na análise desse conceito, indicando alguns de seus elementos básicos (Apud DANTAS, 1996:42-43):

- a) o governo de poucos;
- b) a riqueza desses poucos;
- c) o nepotismo (proteção aos familiares);
- d) o exercício do governo sem atender aos interesses da maioria.

Modernamente, o conceito foi retomado, entre outros, por Gaetano Mosca e Robert Michels. Para o primeiro, “o domínio de uma minoria organizada sobre a maioria desorganizada é inevitável na realidade. Na organização nasce a força da minoria organizada, da oligarquia”. Já Michels, em sua obra “Os Partidos Políticos”, enuncia a chamada “lei de ferro da oligarquia”, onde também aponta de forma fatalista que da organização brota a oligarquia: “Quem diz organização, diz oligarquia” (Apud DANTAS, 1996:46).

Nessa mesma linha de pensamento caminha BOBBIO (1992, 2^o vol.: 835), que, em seu “Dicionário de Política”, apresenta o seguinte significado descritivo da oligarquia: “o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs

* Professor do Departamento de História / UFMA (2^a versão, junho/1997). A primeira versão foi preparada para discussão no Curso de Formação Política (CPT / CEDOC), realizado em Peritoró - MA, março de 1997.

ao seu alcance para os conservar”. A idéia de um grupo fechado é importante, pois indica as dificuldades vivenciadas pelo grupo oligárquico em absorver novas lideranças oriundas de seu próprio meio, e, ainda mais, em absorver lideranças provenientes de outros setores sociais. Este é um fator nada desprezível de ocorrência de crises internas à oligarquia e de surgimento de dissidências (“rachas”).

Apesar de válidas, as indicações feitas acima ainda são genéricas. Para o historiador é preciso concretizar o termo oligarquia, especificá-lo, indicando as formas que o domínio oligárquico apresenta ao longo do tempo, assim como as suas variações. Devido a essa necessidade de investigar o conteúdo histórico concreto adotado pela dominação oligárquica, gostaríamos de lembrar as contribuições de dois cientistas políticos/ historiadores, as quais serão relevantes para nossa análise.

A primeira contribuição é dada por LESSA (1988:137-164), que aponta a “ética política predatória” que está associada ao comportamento das oligarquias, na medida em que estas, para se conservarem no poder, apresentam um “apetite” insaciável sobre o Estado. Desse modo, um dos elementos primordiais para a manutenção do domínio oligárquico é a utilização patrimonial do Estado, ou seja, o uso da máquina pública em benefício particular, privado. Essa utilização privada da coisa dita pública pode assumir variadas formas, como por exemplo: a divisão de cargos e verbas públicas entre aliados; o controle e a manipulação (quando não a fraude) do processo eleitoral; o controle sobre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; a corrupção administrativa; a concessão de benefícios ao setor privado (isenção de impostos, incentivos, subsídios, etc.); o controle dos municípios e dos partidos políticos; o clientelismo político. Contudo, não se pode exagerar, o Estado tem seus limites, especialmente no que toca à disponibilidade de verbas e cargos, o que continuamente gera conflitos e mesmo dissidências dentro da própria oligarquia, para determinar quem consegue obter uma maior “fatia do bolo” do Estado.

A segunda contribuição é proveniente de REIS (1992), cujo estudo se reveste de importância não só por analisar o contexto regional de fins do século XIX e primeiras décadas deste século, como também por chamar a atenção para o “*locus*” privilegiado de atuação da oligarquia em duas esferas:

1. a oligarquia, ao se apropriar do poder político regional, realiza a mediação entre instâncias de poder, ou, em outras palavras, ela estabelece relações e acordos com o poder e os chefes políticos, tanto em escala municipal, quanto em escala nacional. Como apontaremos, tem sido fundamental para a ascensão e manutenção da oligarquia Sarney as suas íntimas relações com o governo federal, estabelecidas ainda na época da ditadura militar, quando Sarney foi eleito governador do Maranhão (1965).
2. a oligarquia realiza também a mediação entre os interesses econômicos do empresariado e o Estado, num processo em que o este se converte em fonte de benefícios para o setor privado, por meio de facilidades fiscais, subvenções e outros favores.

Tentaremos demonstrar que a oligarquia Sarney tem desempenhado um importante papel no processo de expansão do capitalismo no Maranhão, nem tanto como promotora desse processo, mas sim como gestora/administradora do processo de modernização econômica do espaço regional. Essa função, inclusive, transparece como o núcleo principal do discurso ideológico com que a oligarquia busca se legitimar perante a população: é um discurso claramente desenvolvimentista e modernizante, onde a imagem

do “novo”, do “moderno” é fartamente explorada para indicar supostos benefícios trazidos para a região e sua população pela ação da oligarquia dominante.

Esta idéia de uma oligarquia modernizante de certa forma combate e relativiza as posições simplistas que identificam a oligarquia com o “atraso” do Maranhão, percebido enquanto subdesenvolvimento econômico e social, na medida em que o Maranhão ainda é uma região essencialmente agrária e marcada por altos índices de analfabetismo, de mortalidade infantil e de outras mazelas sociais. Sem desmerecer a validade (parcial) da crítica, no nosso entender, esse “atraso” estadual só pode ser devidamente entendido e equacionado se o relacionarmos com o processo de construção do “moderno”, de modernização do Maranhão, isto é, a integração da economia maranhense à economia nacional sob a égide do capital monopolista, processo que (re)constrói relações sociais autoritárias, aprofunda desigualdades sociais, intensifica os conflitos na cidade e no campo, estabelece para a região um determinado papel na divisão nacional do trabalho, só para citar alguns de seus efeitos.

Assim, o “atraso” não pode ser entendido sem referência ao “moderno” e vice-versa, numa relação dialética que caracteriza a evolução do capitalismo de modo geral, e, muito particularmente, os processos de modernização capitalista conservadora (ou autoritária), como o que ocorre no Maranhão. Nesta visão, a crítica da oligarquia política não pode ser dissociada da crítica do capitalismo, nas formas em que este se apresenta no contexto regional.

Aliás, a associação entre domínio oligárquico e regiões atrasadas e subdesenvolvidas é um tema freqüente na literatura sobre a política brasileira. Em suas pesquisas sobre a política partidária brasileira no período 1945/1964, Gláucio Soares, por exemplo, aponta que esta não pode ser entendida sem referência à infra-estrutura sócio-econômica e às desigualdades regionais brasileiras. A partir daí, este autor defende a existência de duas “culturas políticas” bem diferenciadas no Brasil (SOARES, 1973:192-213):

- a) a “política do atraso”: típica das regiões agrárias do país, onde predominam o tradicionalismo e o conservadorismo dos grupos dominantes, que exercem uma política não-ideológica.
- b) a “política do desenvolvimento”: predominante nas áreas urbanas e desenvolvidas, onde surgiria uma política ideológica, baseada nas classes sociais.

Dessa lógica de análise decorreria que o processo de desenvolvimento do capitalismo e de modernização das estruturas econômicas e sociais acabaria por suprimir a “política do atraso” praticada pelas oligarquias e pelos coronéis. Entretanto, o processo histórico não é tão simples assim. O interessante e específico do caso maranhense, no nosso entender, é que a ascensão e consolidação de uma nova oligarquia no poder político estadual (o grupo Sarney) foi simultânea ao processo de expansão do capitalismo monopolista para o Maranhão e a Amazônia. Além do mais, uma oligarquia cujo discurso estava estreitamente vinculado à ideologia desenvolvimentista hegemônica no país desde os anos 1930.

Outro ponto a ser ressaltado, é que o grupo Sarney se transformou, para usar a expressão de BOBBIO (1992, 2^o vol.: 837-8), numa “oligarquia que governa em um sistema democrático”, buscando sua “legitimidade” no voto popular periódico e reconhecendo a existência de oposições e a liberdade de expressão. Isto, obviamente, não se deve a qualquer “vocação democrática” da oligarquia, mas sim às conquistas obtidas no processo de redemocratização do país a partir da crise do regime militar, o que

colocou para o grupo dominante regional a necessidade de adequação às novas condições democráticas nacionais. Adaptação problemática, como veremos.

2. A TRAJETÓRIA DA OLIGARQUIA SARNEY

2.1. A formação do grupo Sarney

A inserção de José Sarney na política regional se deu, num primeiro momento, a partir do grupo do senador Victorino Freire, chefe oligárquico do Maranhão por cerca de vinte anos (1946/1965). Jovem bacharel e intelectual, José Sarney pertenceu à chamada “Geração de 1945”, que renovou e vitalizou o ambiente cultural maranhense no pós 2ª guerra ¹. Como muitos de seus pares, a militância cultural cedo se transformou em militância político-partidária, para o que contou com o auxílio de “padrinhos” bem situados, como afirma Nascimento Moraes Filho (Apud CORRÊA, 1993:234):

“José Sarney foi uma flor de estufa, plantada e cultivada no Palácio dos Leões: apenas a criatura (José Sarney) engoliu o criador (Victorino Freire)”.

Apesar da vinculação inicial com a oligarquia Victorino, a carreira política de José Sarney foi construída na oposição, quando se filiou à UDN, partido integrante das “Oposições Coligadas”, união interpartidária que reunia um amplo leque de grupos e partidos descontentes com o mandonismo vitorinista, configurando uma oposição oligárquica ². Embora nunca tenha conseguido derrotar eleitoralmente a “máquina” da oligarquia Victorino, alicerçada sobre o PSD e amparada pelo uso sistemático da fraude eleitoral como forma de sustentação no poder, a atuação das “Oposições” conseguiu articular em torno de si o apoio de diversos segmentos sociais, muito especialmente das massas populares de São Luís que, pelo menos num momento, chegaram a “explodir” contra os desmandos do grupo dominante, por ocasião da Greve de 1951 ³.

Na medida em que se organizam alguns movimentos sociais no Maranhão, no final dos anos 1950 e início dos 1960, a oposição vai alimentar e ser alimentada por esses movimentos. No campo, com destaque para o vale do Pindaré, os trabalhadores rurais organizavam-se pela permanência na terra, contra a invasão das lavouras pelo gado, pela reforma agrária. Já se esboçava também no interior da Igreja Católica um setor voltado para os problemas sociais, considerado precursor da Teologia da Libertação. Em São Luís, crescia a mobilização de estudantes, trabalhadores, intelectuais em torno das bandeiras nacionalistas e reformistas (as “Reformas de Base”) que empolgavam o país às vésperas do golpe de 1964.

¹ A “geração modernista de 1945” foi formada, entre outros, por Nascimento Moraes Filho, Lago Burnett, Ferreira Gullar, Bandeira Tribuzi, José Sarney, Domingos Vieira Filho. Para essa e outras informações constantes neste capítulo, consultar CORRÊA, 1993:205-313.

² Embora com variações em sua composição, as “Oposições Coligadas” se apresentaram em todos os pleitos eleitorais no período 1950/1965, sendo constituída pelos seguintes partidos: UDN (José Sarney), PSP (Clodomir Millet e Neiva Moreira), PR, PDC, PTN, PRP. Para informações mais detalhadas, consultar CALDEIRA, 1978:57-89.

³ A greve de 1951 foi uma revolta popular articulada pela oposição contra a posse do governador Eugênio Barros, ligado a Victorino e eleito com base na fraude. Em dois momentos, a cidade de São Luís ficou completamente paralisada numa greve geral de caráter político, nos meses de fevereiro (cerca de 15 dias) e setembro/outubro (20 dias). A greve teve tal magnitude que reunia em suas manifestações diárias contingentes de 3 a 4 mil pessoas, alcançando até 20 mil pessoas no enterro do líder da oposição, Saturnino Belo (o qual teria morrido por “desgosto” com a fraude eleitoral). Isto, numa São Luís com apenas 120 mil habitantes !!

Vale destacar que a principal liderança da oposição não era José Sarney, mas sim o jornalista e deputado federal Neiva Moreira do PSP, liderança especialmente dos setores nacionalistas e de esquerda da coligação oposicionista. Aliás, uma oposição absolutamente heterogênea nesse momento, congregando desde setores tradicionais e moderados (a oposição oligárquica), até setores populistas e nacionalistas, e mesmo a esquerda, representada pelo PCB de Maria Aragão; o que unificava a todos era a bandeira do anti-vitorinismo.

O evento significativo e que produziu forte impacto na política maranhense, redirecionando-a, foi o golpe militar de 1964, que derrubou o governo João Goulart e estabeleceu 21 longos anos de ditadura no país⁴. A ascensão dos militares ao poder foi fundamental para a ascensão na política maranhense da liderança de José Sarney, como assevera CALDEIRA (1978:87):

“o sarneísmo, de modo direto, não é produto do udenismo local, ... [ele] é diretamente produto da Revolução de 1964 (ou mais especificamente dos governos Castelo Branco e Costa e Silva) e da própria ARENA”.

O movimento militar de 1964 produziu efeitos em três direções. De imediato, foi desencadeada uma forte onda repressiva que atingiu, no Maranhão, os setores nacionalistas e de esquerda, capitaneados por Neiva Moreira e Maria Aragão. Assim, José Sarney, com uma postura mais moderada, se consolidou como uma das principais lideranças da oposição, tornando-se o seu candidato a governador nas eleições de 1965, com a proposta de um “Maranhão Novo”.

Outra consequência do golpe foi que ele precipitou um “racha” no vitorinismo, em torno da indicação do candidato a governador pelo partido governista (o PSD). Buscando credenciar-se como o novo chefe político estadual, o governador Newton Bello lançou a candidatura de Costa Rodrigues em contraponto ao candidato de Victorino, o deputado Renato Archer. O vitorinismo estava cindido.

A terceira e decisiva consequência foi o apoio prestado à candidatura de José Sarney pelo governo do Marechal Castelo Branco (1964/1967). Este apoio se explica pelo fato da UDN ter se constituído na principal base de apoio civil ao golpe militar; dessa forma, as lideranças udenistas obtiveram amplo acesso ao governo federal e atuaram, em conjunto com a facção militar sorbonista (grupo dos generais Castelo Branco, Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva), no sentido de “limpar” (destruir) as bases políticas dos antigos partidos dominantes (PSD e PTB), ao mesmo tempo em que apoiavam as candidaturas da UDN nos estados.

No caso do Maranhão, o PSD de Victorino Freire foi atingido pelo apoio federal à candidatura de José Sarney (UDN / Oposições Coligadas). Este apoio foi corporificado através das seguintes medidas, entre outras: revisão eleitoral visando combater a corrupção eleitoral, a qual eliminou mais de 200 mil eleitores “fantasmas” num universo de quase 500 mil; “intervenção branca” na Justiça Eleitoral do Maranhão; convocação de tropas do Exército para garantir as eleições; além do apoio da “máquina” federal no estado.

⁴ A bibliografia sobre o período militar é vasta. Para a montagem do nosso sucinto quadro nacional do período utilizamo-nos principalmente de: ALMEIDA & SORJ (1984), FLEISCHER (1994), MARTINS (1988), SANTOS (1987), SKIDMORE (1988), SOARES & D’ARAÚJO (1994), STEPAN (1986 e 1988).

O resultado agregado das mudanças introduzidas pelo regime militar na política maranhense foi a vitória da oposição nas eleições para governador (ver quadro 1). Assim, podemos afirmar que, dialeticamente, o projeto do “Maranhão Novo” de Sarney foi possibilitado pelo retrocesso político a nível nacional (o “atraso” da ditadura militar). A articulação com o centro político nacional foi essencial para a ascensão da nova liderança regional (e, como veremos, para a sua consolidação e perpetuação).

QUADRO 1 - Eleições para Governador do Maranhão -1965

Candidato	Número de Votos	%
José Sarney	121.062	49
Costa Rodrigues	68.560	28
Renato Archer	36.103	14
Nulos e brancos	21.431	9
Total	247.156	100

Fonte: TRE - MA. Apud CORRÊA, 1993:282.

Iniciava-se a escalada de José Sarney ao comando da política estadual, pautado em seu projeto de modernidade para o Maranhão. A construção discursiva em torno de um “Maranhão Novo” estabelece de imediato uma diferenciação: em contraponto ao Maranhão “atrasado” e “arcaico” representado pela oligarquia vitorinista, a parcela da “geração modernista de 45” que ascende ao poder regional se auto-identifica como portadora de um projeto modernizante, como Prometeus modernos que trazem a luz da civilização para uma região marcada pelo “obscurantismo” político e social. “Das trevas à luz”, essa divisa cria uma certa periodização da história regional que considera a ascensão dos “modernistas” (“a poesia no poder”, segundo foi designada na época) um marco zero, desqualificando toda e qualquer proposta anterior de modernização do Maranhão, quer por sua ineficiência, quer por sua falácia. O “novo”, desta forma, se constitui na marca distintiva auto-atribuída desse projeto político, ocupando um lugar central em seu discurso, como pode ser observado na seguinte passagem:

“... nada temos a continuar, tudo temos a inovar, em nosso Estado ... estamos sepultando um passado embrutecido pela ausência, pelas carências de toda a ordem. Um passado em que as instituições foram empobrecidas e deformadas, quando não corrompidas ou viciadas. Um passado que nos encheu de vergonha, de pobreza e de mistificação; um passado que, por tudo isso, deve ser sepultado para sempre” (discurso de posse de José Sarney, apud CALDEIRA, 1976:42).

Estamos diante de um ritual de celebração e representação da “morte”: a “morte” do passado (vitorinista), a “morte da pobreza”, que devem ser “sepultados” para dar lugar a um novo espetáculo no teatro político maranhense, o espetáculo da modernidade. A “morte”, portanto, tem um poder instituinte, pois também é “vida”, constrói a possibilidade do “novo” e do “moderno”, sedimenta o caminho de um futuro antitético, pleno de “orgulho”, “riqueza”, “verdade”. A “morte” que cria a “vida”, a “morte” como forma de “libertação” (não por acaso, Sarney foi recentemente chamado de “oligarca da liberdade”), esta imagem tão cara ao imaginário cristão, foi resignificada pelo discurso oligárquico para anunciar que o Maranhão “voltava à História” depois de ter perdido o “bonde”, que o futuro seria possível se sepultado o passado.

Daí a celebração da morte, reiteradas vezes reposta no interior do discurso dominante através de sua antítese, o “novo”. Este mito fundador permanece como núcleo

central do discurso, operando também como mistificador da realidade. Pois a anunciada “morte da pobreza” apenas “subverteu” os limites estruturais da miséria, ampliando-os (para usar o pior trocadilho: a pobreza de fato morreu ... de fome). Neste ritual de consagração da “morte”, esta é continuamente sacrificada no altar-mor da hipocrisia oligárquica, para logo depois aparecer rediviva e purificada noutra versão, numa nova peça em cartaz, atualmente denominada de “Novo Tempo”.

A bem da verdade, é preciso relativizar esse discurso modernizante da oligarquia emergente. A inserção do Maranhão no contexto discursivo da ideologia nacional-desenvolvimentista se deu ainda sob a égide do vitorinismo. Como aponta PALHANO (1983:171), “ao contrário do que normalmente se divulga [através do discurso da oligarquia Sarney, acrescentamos], as idéias sobre o planejamento, como instrumento para o desenvolvimento econômico, chegaram ao Maranhão mais cedo do que invariavelmente se pensa. Chegaram, por exemplo, quase dez anos antes da SUDEMA [Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão, criada pelo governo Sarney em 1967], ... , apontada como a primeira experiência maranhense de planejamento”. Em seu estudo sobre os governos de Matos Carvalho (1957/1961) e Newton Bello (1961/1965), ambos ligados ao grupo de Victorino Freire, esse autor aponta a identidade existente entre as concepções de desenvolvimento econômico dessas administrações estaduais e as formulações da corrente nacional-desenvolvimentista dominante a nível nacional.

Mais importante ainda, este autor busca associar a emergência desse discurso modernizante e desenvolvimentista no interior da “retrógrada” oligarquia de Victorino Freire ao processo concreto de transformações estruturais que ocorrem a partir da década de 1950, com o “início efetivo da inserção da economia maranhense na nova divisão nacional do trabalho” ditada pela implantação de um novo modelo de acumulação capitalista no Brasil, o modelo dependente-associado (PALHANO, 1983:112). Conforme ressaltado por TRIBUZI (1981:41-42), houve a “ruptura do sistema latifúndio - transporte fluvial - Praia Grande que foi substituído pela prevalência do sistema nova fronteira agrícola - rodovias - multipolarização comercial”. Este processo implicou em profundas repercussões sociais e políticas no Maranhão, afetando as bases de sustentação interna da oligarquia vitorinista, assentada justamente na aliança Praia Grande - latifúndio (PALHANO, 1983:128-133).

Dessa forma, esta visão implicitamente coloca o processo de transformações econômicas como mais um fator explicativo do declínio da oligarquia de Victorino Freire com a correlata ascensão da oligarquia Sarney. O autor que mais avança nessa seara é CALDEIRA (1976 e 1978): em seu artigo sobre as eleições estaduais de 1974 (marcadas pela disputa intra-oligárquica, como veremos adiante), ao analisar a possibilidade de retorno do vitorinismo, argumenta que “as condições histórico-sociais atuais do Maranhão indicam não mais permitir a manutenção de lideranças do modelo do vitorinismo ... dados os processos de transformação em curso na sociedade maranhense” (CALDEIRA, 1976:56). Ainda segundo este autor, as correntes vitorinista e sarneísta da política regional seriam “antitéticas”, pois enquanto a primeira “significou a manutenção de uma ordem estável da sociedade, através da sua estagnação econômica, social, política e cultural”, a segunda tornou-se “sua antítese, através das tentativas de modificação da sociedade do estado, pela implementação de alguns dos seus setores, com vistas a alterar-lhe o seu perfil, modernizando-a” (CALDEIRA, 1978:72). Em verdade, o autor é dúbio pois em outros momentos de seus artigos ressalta exatamente a centralidade dos fatores políticos na base da ascensão da oligarquia Sarney.

Embora concordemos com a idéia de que existe uma inter-relação entre a esfera econômica e as esferas política e social, discordamos de qualquer determinismo de mão única que associe transformações econômicas e mudança política de forma automática. No nosso entender, também não se pode aceitar a caracterização simplista dos grupos oligárquicos (Victorino = atraso / Sarney = moderno), pois essa posição reforça, consciente ou inconscientemente, a mitologia política que a oligarquia Sarney construiu em torno de si e que tem servido como seu suporte ideológico nas últimas três décadas. Além do mais, no caso específico da vitória de José Sarney nas eleições de 1965, as determinações de ordem política foram preponderantes, muito especialmente o advento da ditadura militar, como já indicado.

Nesse quadro nacional e regional explicitado, nada mais “natural”, portanto, que a adoção da ideologia desenvolvimentista pelo grupo político ascendente. O discurso modernizante, desse modo, se, por um lado, não pode ser apontado como uma inovação do grupo Sarney, dado que o vitorinismo também já o adotara; por outro lado, possui profundas raízes na integração da economia maranhense ao processo de expansão do capitalismo monopolista em escala nacional (e seu correlato ideológico, o nacional-desenvolvimentismo), integração iniciada na década de 1950 e intensificada pelas políticas na área econômica postas em prática pela ditadura militar a partir de 1964. O discurso da modernidade, então, foi imposto a partir de fora, mas adaptado e ressignificado para o contexto maranhense.

Por conseguinte, o discurso do “Maranhão Novo” tem cumprido um papel, entre outros, de obscurecer dimensões fundamentais desse processo. Em primeiro lugar, ao construir o mito de que era uma novidade, um marco zero na política regional; em segundo lugar, ao procurar apresentar como resultado de sua ação (como obra de sua “vontade criadora”) os chamados “benefícios” de um processo de modernização na verdade bem mais amplo e complexo (em escala nacional e internacional) e que escapou, em boa parte, senão na maioria das vezes, de sua órbita de ação e decisão.

Segundo a nossa ótica, a ascensão da nova oligarquia coincidiu com o movimento de expansão do capitalismo monopolista do centro-sul do país para o meio-norte e a amazônia, acelerado pelos governos militares. A nova oligarquia buscou se situar nesse processo, adotando uma prática e um discurso desenvolvimentistas, procurando reservar para si determinadas funções de mediação entre o Estado e os interesses privados, através da adaptação da estrutura do governo estadual e sua utilização patrimonial, ao mesmo tempo em que subordinava, de forma muito estreita, a “máquina” do Estado aos interesses da acumulação de capital. Esta função econômica se constituiu num aspecto central do exercício da dominação pela oligarquia emergente, desde o “Maranhão Novo” de José Sarney até o “Novo Tempo” de Roseana Sarney. Uma modernidade por etapas, de pai para filha.

Além da preocupação econômica mais visível, deve-se acrescentar a preocupação social presente no discurso do “Maranhão Novo”, devido em parte à sua trajetória junto às “Oposições Coligadas”, em parte à própria ideologia nacional-desenvolvimentista, cujo fim último (nunca alcançado mas sempre proclamado) era construir a “grandeza da Nação” e o “bem-estar do povo brasileiro”. Assim, o projeto do “Maranhão Novo” possuía um conteúdo social, pelo menos no discurso, numa fórmula que conjugava “Desenvolvimento e Justiça Social”. Fórmula reveladora da inusitada combinação de bases sociais e políticas, que incluíam o apoio da oposição regional (oligárquica e até de esquerda) e o apoio da direita civil e militar a nível nacional. Como afirmou o próprio Sarney em seu discurso de posse: “chegamos ao poder dispostos a

subverter a desordem que campeia em tão miserável quadro de pobreza” (Apud NOVAES, 1994:30). A retórica de “tudo pelo social” não é nada recente...

Na realidade o que prevaleceu foi a ótica do desenvolvimento do capitalismo com forte injustiça social. O projeto “Maranhão Novo” é um exemplo típico de uma proposta de modernização conservadora, pois, de um lado, perseguiu o desenvolvimento econômico através de várias iniciativas, tais como: a criação de um organismo de planejamento (a SUDEMA - Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão), o investimento em infra-estrutura de transportes e energia (Porto do Itaqui, Rodovia São Luís -Teresina, hidroelétrica de Boa Esperança, petróleo!?), a prioridade dada aos “grandes projetos agropecuários” em detrimento dos pequenos produtores rurais, a “modernização” da estrutura de propriedade fundiária com a Lei de Terras de 1969 (que ampliou o espaço para a grilagem com apoio do governo do Estado e para a venda de terras devolutas a grupos privados).

Mas, por outro lado, diante da intensificação dos conflitos e das desigualdades sociais resultantes desse mesmo processo, a oligarquia respondeu com os tradicionais mecanismos de repressão policial e judicial, naquele momento, especialmente dirigida contra a luta dos trabalhadores do vale do Pindaré. Os resultados a longo prazo dessa modernização capitalista conservadora (ou autoritária) podem ser evidenciados a partir dos indicadores sócio-econômicos do Maranhão nessas últimas décadas, os quais atestam o quadro de miséria, analfabetismo, enfim, caos social, em que sempre tem vivido a população maranhense. Assim, o projeto modernizante, ao propor a “subversão da desordem” e a “morte da pobreza”, funcionou na verdade como mantenedor da “ordem” política (contra os “subversivos” da esquerda) e catalisador do caos social no Maranhão, acelerando ainda mais a entropia inerente ao sistema capitalista.

2.2. A crise intra-oligárquica: Sarney x Victorino

A vitória eleitoral de 1965 não pode ser considerada, contudo, como o momento de consolidação do grupo Sarney no comando político do estado. Muito pelo contrário, ela assinalou o acirramento do conflito entre as facções vitorinista e sarneísta pelo controle do poder político regional, conflito que perpassou os governos de José Sarney (1966/1970), Pedro Neiva de Santana (1971/1974) e Nunes Freire (1975/1978). Durante o seu governo, Sarney deu início ao processo de formação de seu grupo político próprio, para o que foi favorecido pelo afastamento temporário de Victorino Freire da política regional, além do progressivo isolamento político de seus antigos aliados das “Oposições Coligadas”, especialmente as lideranças do PSP.

Contudo, os desdobramentos dessa crise intra-oligárquica não podem ser devidamente entendidos sem referência às mudanças introduzidas no processo político-eleitoral pelo regime militar. Em primeiro lugar, a centralização política em torno do governo federal suprimiu na prática o federalismo, além do mais, a partir do Ato Institucional nº 2 (AI-2/1965), as eleições para governador tornaram-se indiretas e, portanto, facilmente manipuláveis pelo regime. Estas mudanças deslocaram para o Executivo federal a decisão acerca da “eleição” dos governadores, transformando o conflito numa imensa “guerra de bastidores” entre os grupos rivais, cada qual procurando ganhar espaço e obter “trânsito” junto aos militares ⁵.

⁵ Em função dessas intrigas palacianas, em que os militares davam as cartas, circulam versões desencontradas e até contraditórias sobre a indicação dos governadores durante a ditadura, razão por que não nos deteremos demasiado neste ponto.

Assim, o governador José Sarney não conseguiu controlar a própria sucessão, sendo “eleito” em 1970 Pedro Neiva de Santana, que rompeu com Sarney e procurou manter uma postura de relativa independência diante da disputa entre os grupos, ao mesmo tempo em que procurava construir o seu próprio. O conflito se acirrou definitivamente no governo Nunes Freire, considerado herdeiro político de Victorino Freire, a quem, aliás, foi atribuída a sua indicação, devido às relações pessoais que Victorino mantinha com o então presidente Ernesto Geisel (1974/1978).

A segunda modificação relevante para nossa análise foi a introdução do bipartidarismo, também sob efeito do AI-2. Com a reorganização do sistema partidário em torno do partido do governo (a ARENA) e da “oposição consentida” (o MDB), se produziu no Maranhão uma singular combinação: por força da “vocação governista” da maioria dos grupos políticos, a ARENA-MA se transformou num verdadeiro “balaio de gatos”, congregando o grupo Sarney, o grupo vitorinista e outros grupos menores, como o ligado ao antigo PSP, sob a chefia de Clodomir Millet. Configurava-se um padrão de competição intra-oligárquica cujo principal palco a nível estadual foi a ARENA, incluindo a disputa entre as facções pelo controle dos diretórios (estadual e municipais) do partido e a vitória nas eleições legislativas e municipais ⁶.

No período 1966/1978, a ARENA foi amplamente hegemônica em termos das eleições estaduais, elegendo todos os senadores e a ampla maioria dos deputados (ver quadro 2). Entretanto, era simultaneamente um partido dilacerado pelos conflitos intestinos entre a ARENA 1 (José Sarney) e a ARENA 2 (Victorino Freire), sem falar de outros agrupamentos menores. Esta polarização foi a mais importante do período, em lugar da polarização ARENA x MDB, que, principalmente a partir das eleições de 1974, marcou o cenário nacional, já no contexto do processo de liberalização política (“abertura”) iniciado pelo governo Geisel.

QUADRO 2 - Parlamentares eleitos pela ARENA e MDB
(deputados federais e estaduais)

Partidos	1966		1970		1974		1978	
	dp.fed.	dp.est.	dp.fed.	dp.est.	dp.fed.	dp.est.	dp.fed.	dp.est.
ARENA	13	31	6	17	8	22	10	31
MDB	3	9	1	4	1	5	2	5
Total	16	40	7	21	9	27	12	36

Fonte: TRE - MA. Apud CALDEIRA, 1978:94.

Do lado do partido oposicionista (o MDB), observa-se que este era claramente minoritário no Maranhão, não chegando em momento algum a ameaçar a hegemonia da ARENA, com exceção, talvez, de São Luís, onde o MDB costumava obter resultados eleitorais expressivos. Inicialmente, o partido foi controlado por atores ligados ao vitorinismo, no caso, Renato Archer e Cid Carvalho. Após a cassação de seus mandatos pelo regime militar, o MDB ficou nucleado em torno das lideranç as de Freitas Diniz e Eit cio Cafeteira (ex-prefeito de São Luís, onde possuía forte penetração junto aos setores populares). Posteriormente, houve o surgimento de novas lideranç as, tais como Jackson Lago e Haroldo Sabóia (este amparado no movimento “Oposição pra

⁶ O próprio governo militar, sabedor das dificuldades para a acomodação das facções dentro da ARENA, copiou do Uruguai o artifício da sublegenda para os cargos majoritários (senador e prefeito). Para maiores detalhes sobre o processo eleitoral ver FLEISCHER, 1994:154-197.

Valer”, surgido em 1978). Além destes, o chamado grupo dos “autênticos” do MDB ainda contava com a presença de militantes dos partidos comunistas na clandestinidade ⁷.

Voltando ao plano mais geral, pode-se observar que as eleições de 1978 foram fundamentais para a afirmação da oligarquia Sarney no comando político do Maranhão. Contando com suas ligações no governo federal e na cúpula da ARENA (da qual foi eleito presidente nacional nesse período), José Sarney obteve uma vitória decisiva, que lhe valeu a eleição indireta de João Castelo para governador, a eleição dos senadores e da maioria dos deputados. Vale destacar que o grupo Sarney, nas eleições municipais de 1976, já tinha demonstrado seu “poder de fogo” eleitoral, ao vencer nas cidades mais importantes do estado.

Embora real, não é possível exagerar essa capacidade eleitoral do grupo Sarney: em primeiro lugar, porque, mesmo tendo sido eleito pelo voto popular direto em 1965, este pleito, como já indicado, sofreu intervenção direta do governo militar; em segundo, porque esta prática eleitoral intervencionista se manteve por todo o período subsequente (1966/1978, com uma fugaz exceção em 1974), durante o qual o processo eleitoral foi fortemente restringido pela censura e a repressão políticas (que afetaram a possibilidade de exercício da oposição consentida, o MDB), além do número sem-fim de “casuísmos” eleitorais editados pelos governos militares com o intuito de garantir resultados favoráveis à ARENA. Se adicionarmos a continuidade das práticas eleitorais clientelísticas e patrimoniais por parte das facções arenistas, num estado ainda essencialmente agrário, teremos então a permanência do padrão de “política do atraso”, apontado por Gláucio Soares e configurado na ampla maioria da ARENA.

Com duas ressalvas a estas considerações. A primeira é que Sarney, apesar do inequívoco apoio militar, não dispensou a oportunidade de se constituir enquanto liderança popular, pois segundo CALDEIRA (1976:42): “... [ele] não mediu esforços para a montagem de um esquema político de cunho personalista para a garantia e consolidação do seu perfil político”, combinando os papéis de “liderança política e liderança popular”. A segunda ressalva é que a nova oligarquia ascendente procurou se legitimar por via de um discurso modernizante e desenvolvimentista, através do qual procurava se inserir no processo de expansão do capitalismo nesta região.

2.3. “Uma oligarquia que governa em um sistema democrático”

Como já indicado, a eleição indireta de João Castelo para o governo estadual significou a vitória do grupo Sarney sobre os seus adversários políticos dentro da ARENA. A partir daí, pode-se afirmar que a oligarquia Sarney estava consolidada na chefia política regional. A primeira evidência dessa situação reside no controle da oligarquia sobre o processo sucessório estadual: João Castelo (1979/1982), Luís Rocha (1983/1986), Epitácio Cafeteira (1987/1990), Edison Lobão (1991/1994), Roseana Sarney (1995/?); todos esses governadores ou saíram diretamente do grupo ou ganharam as eleições em aliança com a oligarquia. Outro indicador é a eleição de parlamentares (deputados e senadores) e prefeitos ligados ao grupo, conforme demonstraremos na seqüência da exposição.

Desse modo, a oligarquia Sarney pode ser considerada uma “oligarquia que governa pelas urnas”, na medida em que apresenta-se periodicamente, por meio de seus candidatos, diante do eleitorado, obtendo resultados favoráveis. A interpretação das

⁷ Informações sobre o MDB podem ser encontradas em CALDEIRA (1976 e 1978) e BORGES (1997).

razões dessa hegemonia de mais de 20 anos deve passar, em primeiro lugar, pela recuperação do processo de redemocratização do país e seus impactos na política maranhense. É o que tentaremos, muito resumidamente, fazer a seguir.

Embora iniciado no governo Geisel (1974/1978), o processo de “abertura lenta, gradual e segura” do regime militar foi acelerado ao longo do governo Figueiredo (1979/1984). Ainda em 1979 foi aprovada a Lei de Anistia que possibilitou a volta dos exilados políticos. Essa medida foi acompanhada pela reforma partidária, que restabeleceu o pluripartidarismo, numa estratégia calculada do governo para dividir a oposição. Nesse momento, foram extintos a ARENA e o MDB, e, em seu lugar, criados seis novos partidos: o PDS (ex-ARENA), o PMDB (que conservou a maior parte do antigo MDB), o PP (de Tancredo Neves, que depois se fundiu com o PMDB), o PDT (de Leonel Brizola), o PTB (de Ivete Vargas) e o PT (do líder operário Lula).

Em termos do processo eleitoral, foram sendo progressivamente retirados os diferentes tipos de obstáculos à realização de eleições livres e diretas: fim da censura, restabelecimento da liberdade de expressão e de organização, fim dos senadores “biônicos”, eleições diretas para governador (1982), prefeitos das capitais (1985) e presidente da República (1989), legalização dos partidos comunistas (1985), convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte (1986).

Por volta de 1983/84, observa-se o esgotamento do projeto inicial de “abertura”, com o governo Figueiredo perdendo o comando do processo. Isto se deveu a um conjunto de razões:

- a) a expressiva vitória das oposições em 1982, quando foram eleitos 10 governadores (sendo 9 do PMDB e 1 do PDT) contra 12 do PDS (sendo 9 no nordeste). A oposição ganhou em estados chave, como o Rio de Janeiro (Leonel Brizola), São Paulo (Franco Montoro) e Minas Gerais (Tancredo Neves).
- b) o aprofundamento da crise econômica, que levou o país a uma das maiores recessões de sua história e gerou uma imensa crise de credibilidade do regime militar, na medida em que este sempre procurou se legitimar por meio do discurso desenvolvimentista e dos seus “sucessos” econômicos, os quais, segundo o discurso oficial, levariam o Brasil, este “país que vai pra frente”, a se tornar uma “Grande Potência”.
- c) o “renascimento” da sociedade civil organizada, com o retorno à cena política dos trabalhadores e de outros segmentos sociais marginalizados pelo regime militar. Os marcos desse processo foram as grandes greves operárias do ABC paulista em 1978/1979 (um dos pilares do “novo sindicalismo” que deu origem à CUT) e as grandes mobilizações populares na campanha das Diretas-Já em 1984.

Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira (Diretas-Já), aliada à perda de comando político do governo e à fragmentação do PDS devido à indicação de Paulo Maluf como seu candidato à presidência no Colégio Eleitoral, abriu-se espaço para a formação da chamada “Aliança Democrática”, reunindo o PMDB e o PFL (partido recém formado, com base em “dissidentes” do PDS e do regime militar) em torno da chapa Tancredo Neves/José Sarney. A vitória dessa coligação no Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, confirmou mais uma vez o caráter elitista e excludente da política nacional, sempre baseada em compromissos entre as elites. Para o nosso estudo, o importante é destacar que, com a morte de Tancredo e a posse de José Sarney na presidência da República (1985/1989), este reuniu então as condições “ideais” para se consolidar de vez como chefe político regional.

Feito este breve resumo, voltemos à política maranhense. Se, por um lado, o governo Castelo significou a vitória do grupo Sarney na disputa intra-oligárquica; por outro lado, ele também significou a retomada do discurso desenvolvimentista, agora incorporando a megalomania dos militares. Era o momento do “Grande Maranhão para todos”, da euforia com a implantação do Programa Grande Carajás, que representava a “redenção” do Maranhão, com a criação de 1 milhão de empregos em todo o estado, conforme apregoava a propaganda oficial. De concreto, como afirma FEITOSA (1994),

“Programas como o Grande Carajás, no caso da Amazônia, vão surgir num cenário de suprema intenção imperialista das empresas transnacionais, de interesses fiscais, financeiros e geopolíticos dos governos ditatoriais militares. Para isto contarão, indubitavelmente, com a decisiva participação fisiológica das oligarquias locais e regionais que, não resta dúvida, se colocaram a serviço de um processo de integração da economia regional ao sistema capitalista internacional numa situação de enclave”.

A função econômica desempenhada pela oligarquia pode ser ilustrada com o exemplo da implantação da ALCOA/ALUMAR na ilha de São Luís, elucidativo das alianças estabelecidas entre a oligarquia regional e os interesses do grande capital nacional e estrangeiro. Apesar dos relatórios oficiais condenando a sua instalação devido aos impactos ambientais, o governo João Castelo, através da Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI), não só concedeu permissão como ainda cedeu a preços simbólicos 10 mil hectares para a ALUMAR, ocasionando a retirada de cerca de 5 mil famílias da área. Além disso, a empresa contou com incentivos, subsídios e isenções fiscais de toda ordem, concedidos pelos governos federal e estadual (ver FEITOSA, 1994).

O governo Castelo não se notabilizou somente por sua relação de cumplicidade e subordinação aos interesses do capital, mas também por sua política claramente repressiva em relação aos movimentos sociais emergentes no estado. De forma similar ao restante do país, ocorria no Maranhão o “renascer” da sociedade civil tanto no campo quanto na cidade. No campo, a resposta dos trabalhadores rurais à grilagem e ao latifúndio se dava através do ascenso das mobilizações, organizadas por sindicatos e “oposições sindicais”, além das entidades gerais (FETAEMA e CONTAG), e contando com a participação de várias “entidades de apoio” (como CPT, FASE, SMDDH)⁸. Em São Luís, mobilizações de variados tipos aconteciam, desde as lutas pela ocupação de terras urbanas até as lutas mais gerais pela redemocratização, passando pelo Movimento contra a Carestia, a reorganização do movimento estudantil (que culminou na Greve da Meia Passagem em 1979) e a luta contra a instalação da ALCOA, empreendida pelo “Comitê de Defesa da Ilha”, só para citar alguns exemplos⁹.

Num governo em que tudo era “grande”, imensas foram também a repressão e a violência. A esse conjunto de mobilizações, a resposta da oligarquia foi alternar fortes doses de repressão (nos conflitos fundiários, nas ocupações urbanas, na Greve da Meia Passagem), com iniciativas de cooptação política dos movimentos sociais e/ou suas lideranças. A título de exemplo, houve a criação da CETER (Comissão Estadual de Terras - 1979), dirigida pelo monsenhor Hélio Maranhão e cujo objetivo manifesto seria “pacificar” o campo maranhense pela via da “neutralização” (cooptação) dos movimentos

⁸ Para maiores informações, consultar: COSTA, 1994.

⁹ Um excelente quadro desses movimentos encontra-se em BORGES, 1997:42-102.

organizados dos trabalhadores rurais (em particular, a FETAEMA)¹⁰. Esse padrão cooptação/ repressão foi se acentuando com o desenrolar do processo de redemocratização, marcando a atuação da oligarquia até a atualidade.

Do ponto de vista político-eleitoral, o início dos anos 1980 foi marcado pela reforma partidária e pelas eleições diretas para governador em 1982. A reorganização do quadro partidário estadual implicou na formação dos seguintes partidos¹¹:

- a) PDS - reunindo os políticos da ex-ARENA, agrupados em torno da liderança do senador José Sarney e do governador João Castelo.
- b) PMDB - que permaneceu com o caráter de “frente” do ex-MDB, reunindo o grupo ligado a Renato Archer e Cid Carvalho (cassados pelo regime militar), os antigos setores dos “moderados” (Cafeteira) e “autênticos” (Haroldo Sabóia do Movimento “Oposição pra valer”), além dos grupos comunistas ainda na clandestinidade.
- c) PDT - agrupado em torno das lideranças do deputado Jackson Lago (eleito pelo MDB) e de Neiva Moreira (ex-PSP, cassado e exilado pelo regime), reunia também lideranças do movimento estudantil e de outros movimentos democráticos do período, como o Comitê Brasileiro pela Anistia.
- d) PT - congregando o grupo do deputado Freitas Diniz (ex-MDB), o chamado grupo dos “estudantes” (com base no movimento estudantil universitário), além de alguns setores da Igreja progressista (especialmente a Pastoral da Juventude).
- e) PTB - organizado por Cesário Coimbra.

Procuraremos acompanhar, em suas linhas gerais, a evolução da “hidrografia” político-partidária maranhense a partir da reforma partidária de 1979, correlacionando-a com os grupos políticos em evidência no cenário estadual. Tomamos a expressão “hidrografia” emprestada de LAMOUNIER (1989:25), com o objetivo de indicar as principais correntes que integram a política regional, as suas respectivas grandezas e as distâncias ideológicas que se estabelecem entre elas. Nas palavras do autor, “a metáfora hidrográfica tem desde logo a vantagem de imprimir a essas questões uma dimensão dinâmica: de onde vem, e para onde vai a estrutura partidária ...? Ideologicamente, acentua-se o amorfismo, ou progride a diferenciação? Uma segunda vantagem é chamar a atenção para as afinidades e parentescos: que partidos são realmente autônomos, e quais são meros afluentes de cursos d’água mais caudalosos?”

Foi com base no quadro partidário já apontado que se processaram as eleições de 1982, o primeiro teste eleitoral da oligarquia Sarney nas novas condições (semi)democráticas. Cumpre lembrar que estas eleições foram marcadas pelos efeitos do “pacote de novembro” (1981), que estabelecia a proibição de coligações eleitorais e a obrigação dos partidos lançarem chapas completas, ao mesmo tempo em que criava o “voto vinculado”, pelo qual o eleitor teria que votar em candidatos de um único partido (no caso, em 1982: vereador, prefeito, deputado federal e estadual, senador e governador), sob pena de anular o seu voto. Inversamente ao que ocorreu a nível nacional, no Maranhão estes casuísmos cumpriram a função desejada pelos “engenheiros eleitorais” da ditadura, pois, através do efeito “coattails de baixo para cima”, o eleitor ao escolher candidatos do PDS nos municípios também sufragava os candidatos desse partido na cabeça da chapa¹².

¹⁰ Consultar COSTA, 1994.

¹¹ Consultar BORGES, 1997:42-102.

¹² Para uma análise dos efeitos do “pacote de novembro” sobre as eleições de 1982, quando o “feitiço se virou contra o feiticeiro”, com a vitória das oposições a nível nacional, consultar FLEISCHER (1994: 182-8)

Assim, com o auxílio adicional do “voto vinculado”, a oligarquia Sarney, através de seu partido, o PDS, elegeu 124 dos 130 prefeitos¹³, o que alavancou sua vitória nos demais cargos em disputa: Luís Rocha (governador), João Castelo (senador), 14 deputados federais e 33 estaduais (ver quadros 3 e 4). Dos partidos de oposição, o PMDB conseguiu garantir 3 deputados federais e 8 estaduais, assim como 5 prefeitos, enquanto o PT elegeu 1 prefeito. Os demais partidos nada obtiveram em termos eleitorais.

Um fato a destacar nessas eleições foi o início da ruptura entre José Sarney e João Castelo, que procurou sem sucesso indicar o seu sucessor. Posteriormente, Castelo rompeu em definitivo, formando um grupo de oposição oligárquica, que desde então atua na política estadual. Esse grupo obteve uma vitória expressiva em 1985, quando elegeu Gardênia Gonçalves prefeita de São Luís, e, em dois momentos, esteve prestes a ganhar as eleições para o governo do estado: em 1990 com João Castelo e em 1994 com Cafeteira.

Revela-se aqui mais uma faceta do “padrão predatório” de ação política das oligarquias: a dificuldade do chefe oligárquico em manter os seus subordinados sob controle. Sendo freqüente que estes, uma vez localizados em postos-chave do aparelho de Estado, como é o caso dos governadores, queiram utilizá-los para constituir um grupo político próprio. Para minimizar tal risco, a oligarquia precisa lançar mão de expedientes vários, inclusive a indicação de amigos, parentes, um filho, uma filha ...

QUADRO 3 - Eleições para Governador - 1982

CANDIDATO	PARTIDO	Nº de Votos	%
LUÍS ROCHA	PDS	673.916	64 %
RENATO ARCHER	PMDB	180.287	17 %
REGINALDO TELLES	PDT	12.738	1,2 %
OSVALDO ALENCAR	PT	8.643	0,8 %
CESARIO COIMBRA	PTB	632	--
BRANCOS	---	148.558	14 %
NULOS	---	32.338	3 %
TOTAL	---	1.057.112	100 %

Fonte: TRE - MA (1982).

QUADRO 4 - Eleições para deputados e prefeitos - 1982

PARTIDO	DEP. FEDERAIS	DEP. ESTADUAIS	PREFEITOS
PDS	14	33	126 *
PMDB	3	8	5
PT	---	---	1
TOTAL	17	41	132

Fonte: TRE - MA (1982).

*: incluídos os dois prefeitos nomeados (São Luís e São João dos Patos).

Em 1986, solidamente amparado por sua condição de presidente da República e pela ampla popularidade conquistada pelo Plano Cruzado, Sarney patrocinou a edição local da “Aliança Democrática” (PFL/ PMDB/ PTB), através da qual foi lançada a

¹³ Dos 132 municípios maranhenses de então, em dois (São Luís e São João dos Patos) houve a nomeação dos prefeitos, sendo realizadas apenas eleições para a Câmara de Vereadores.

candidatura ao governo de Epiácio Cafeteira, tradicional “adversário” do grupo Sarney. Do ponto de vista da oligarquia dominante, esta aliança com um “inimigo histórico” foi possível porque a presença de José Sarney na Presidência da República possibilitava-lhe mecanismos variados de controle sobre o governo do Estado, neutralizando assim as possibilidades de uma reviravolta no quadro político estadual, no caso nada improvável de uma ruptura do governador Cafeteira com o grupo.

A vitória de Cafeteira foi a mais expressiva jamais alcançada por um candidato ao governo estadual, obtendo mais de 1 milhão de votos (cerca de 80% do total). No rastro de sua candidatura, o grupo Sarney elegeu os dois senadores (Alexandre Costa e Edison Lobão, ambos do PFL) e ampliou sua cota de deputados (ver quadros 5 e 6). A edição maranhense da “Aliança Democrática” contou ainda com o apoio da maior parte da esquerda estadual, com exceção do PT que lançou a candidatura de Delta Martins ao governo do Estado. A esquerda do PMDB, o grupo “Nossa Luta na Constituinte” (origem do PSB), o PDT, os partidos comunistas, todos esses agrupamentos de esquerda por razões variadas apoiaram a candidatura de Epiácio Cafeteira a governador.

QUADRO 5 - Eleições para Governador - 1986

CANDIDATO	PARTIDO/ COLIGAÇÃO	Nº de Votos	%
EPITÁCIO CAFETEIRA	Aliança Democrática (PFL/PMDB/PTB)	1.040.384	81 %
JOÃO CASTELO	Oposições Coligadas (PDS/PMB)	212.133	16,5 %
DELTA MARTINS	PT	31.504	2,5 %
TOTAL	---	1.284.021	100 %

Fonte: TRE - MA (1986). Não constam os votos nulos e brancos.

Note-se a candidatura de João Castelo, pela chapa sarcasticamente denominada de “Oposições Coligadas”, a qual elegeu 2 deputados federais e 6 estaduais. Dos pequenos partidos de esquerda, somente o PDT conseguiu alcançar o coeficiente necessário para eleger 2 deputados estaduais; além deste partido, a esquerda do PMDB elegeu dois deputados federais e alguns estaduais.

QUADRO 6 - Eleições para deputado - 1986

PARTIDO / COLIGAÇÃO	DEP. FEDERAIS	DEP. ESTADUAIS
Aliança Democrática (PFL /PMDB / PTB)	16	34
Oposições Coligadas (PDS / PMB)	2	6
PDT	---	2
TOTAL	18 (3 partidos)	42 (6 partidos)

Fonte: TRE - MA (1986).

Obs.: a referência entre parênteses no total indica o número de partidos que conquistaram vagas.

A nível municipal, devido ao “pacote de maio” (1982), as eleições foram defasadas das demais, com o estabelecimento de um mandato de seis anos (1983/1989) para os eleitos em 1982. Assim, ainda sob o efeito do vendaval eleitoral de 1986, os partidos de sustentação da “Aliança Democrática” no Maranhão (PFL, PMDB e PTB) conquistaram as prefeituras de 110 municípios nas eleições de 1988 (ver quadro 7).

QUADRO 7 - Grupos políticos, composição partidária e número de prefeituras
Eleições municipais - Maranhão (1988)

Grupo político (composição aproximada)	Partido e número de prefeituras conquistadas	Total do grupo político	%
Aliança Democrática (grupo Sarney)	<ul style="list-style-type: none"> • PFL - 59 • PMDB - 36 • PTB - 15 	110	81 %
Oposições Coligadas (grupo Castelo)	<ul style="list-style-type: none"> • PDS - 12 	12	8,8 %
outros partidos	<ul style="list-style-type: none"> • PDT - 8 • PL - 4 • PDC - 1 • PMB - 1 	14	10,2 %
Total geral	8 partidos políticos	136 prefeituras	100 %

Fonte: TRE - MA (1989).

Por outro lado, este pleito foi marcado pelo crescimento eleitoral da esquerda, especialmente na capital com a vitória de Jackson Lago (PDT). Em torno desse núcleo foi construída a proposta de uma frente de oposição unindo os diversos setores da esquerda maranhense, frente que deu a sua parcela de contribuição para as mudanças que se efetuaram no processo eleitoral a nível estadual, conforme veremos a seguir.

Em 1990, o sistema eleitoral foi caracterizado por algumas mudanças ditadas pela Constituição de 1988: a introdução do 2º turno nas eleições para governador e a maior permissividade legal para a formação de partidos, o que torna uma tarefa quase impossível rastrear “quem é quem” na imensa profusão de siglas e coligações partidárias. Mas a principal característica das eleições de 1990 foi o aumento da competitividade eleitoral dos diferentes grupos de oposição, implicando uma verdadeira mudança qualitativa do processo eleitoral estadual. O acirramento da competição política impôs à oligarquia dominante dificuldades crescentes, na medida em que um elemento básico dos sistemas democráticos, a incerteza, surgiu no cenário político maranhense, indicando a possibilidade de alternância no poder regional. Como resultado dessa nova conjuntura, desde então o comportamento político da oligarquia Sarney tem se pautado por um conjunto de ações em vários campos, visando minimizar a incerteza eleitoral e (re)construir suas bases de legitimidade política.

Adiante discutiremos com mais vagar os fundamentos desta crise de legitimidade da oligarquia e seus desdobramentos, por enquanto, resta-nos indicar os elementos que evidenciam este novo dinamismo do processo eleitoral no Maranhão. Em primeiro lugar, deve-se destacar a vitória da oposição oligárquica (João Castelo, da coligação “Maranhão Livre”) no 1º turno, o que possibilitou ao grupo dissidente “empatar” (com leve vantagem) as eleições para deputado (ver quadros 8 e 9). A estratégia adotada parece ter sido a formação de uma ampla coligação interpartidária, atraindo diversos

grupos e partidos descontentes com a hegemonia do grupo Sarney, numa tentativa de reedição da trajetória de ascensão do próprio Sarney via “Oposições Coligadas” em 1965. Estratégia, aliás, repetida em 1994, com a coligação “União pelo Maranhão” (Cafeteira).

QUADRO 8 - Eleições para Governador - 1990 (1º e 2º turnos)

CANDIDATO / COLIGAÇÃO	1º turno		2º turno	
	Nº de Votos	%	Nº de Votos	%
EDSON LOBÃO Maranhão do Povo (PFL/PSC/PTB)	459.542	28,3 %	695.727	48,5 %
JOÃO CASTELO Maranhão Livre (PDS/PMDB/PDC/PL/ PRN/PSD/PSDB)	595.392	36,6 %	594.620	41,5 %
CONCEIÇÃO ANDRADE Frente de Oposição Popular (PDT/PT/PSB/ PC do B/PCB)	246.468	15,2 %	-----	-----
BRANCOS	175.480	10,8 %	30.651	2 %
NULOS	148.693	9,1 %	111.564	8 %
TOTAL	1.625.575	100 %	1.432.562	100 %

Fonte: TRE - MA (1990).

QUADRO 9 - Eleições para deputado - 1990

COLIGAÇÃO	DEP. FEDERAIS	DEP. ESTADUAIS
Maranhão do Povo (PFL/PSC/PTB)	8	17
Maranhão Livre (PDS/PMDB/PDC/PL/ PRN/PSD/PSDB)	8	18
Frente Popular (PDT/PT/PSB/ PCdoB/PCB)	2	5
União Popular Independente (PTR/PMN/PRP/PCN)	---	2
TOTAL	18 (9 partidos)	42 (12 partidos)

Fonte: TRE - MA (1990).

Em segundo, houve o crescimento dos partidos de esquerda, amparados também em uma estratégia de frente eleitoral: baseada em suas diferentes ligações com os movimentos sociais (especialmente no campo, onde estes movimentos estavam em ascensão ao longo dos anos 1980) e na penetração eleitoral em São Luís, a Frente de Oposição Popular (com a candidatura de Conceição Andrade) conseguiu alcançar o expressivo índice de 15% dos votos, em contraposição aos patamares de 1-2%

alcançados em pleitos anteriores por candidatos de esquerda. Além disso, estes partidos ampliaram sua base parlamentar, elegendo 2 deputados federais e 5 estaduais.

O novo dinamismo eleitoral, entretanto, não foi suficiente para evitar a vitória do grupo dominante no cômputo geral. Já no 1º turno, o grupo elegeu o senador (Epitácio Cafeteira), 8 deputados federais e 17 estaduais; enquanto no 2º turno, depois de uma campanha bastante disputada, foi possível “virar a mesa” e assegurar a vitória de Edson Lobão (“Maranhão do Povo”). A título de curiosidade, vale lembrar que o próprio Sarney, após deixar a Presidência com baixíssimos índices de popularidade, evitou concorrer com o ex-governador Cafeteira pela vaga no Senado, se candidatando então pelo Amapá, estado onde procurou construir bases políticas alternativas enquanto esteve no governo federal.

Evidências da dinâmica eleitoral mais competitiva podem ser detectadas nas eleições municipais de 1992 (ver quadro 10). Embora seja preciso bastante cautela na análise, já que os prefeitos (qualquer que seja seu posicionamento no espectro político) constituem um alvo relativamente fácil das políticas de cooptação da oligarquia, dada a dependência financeira dos municípios em relação ao governo do Estado. Feita esta advertência, passemos à avaliação dos dados. Um primeiro aspecto a ressaltar é a quantidade de partidos políticos envolvidos no processo, fruto da permissividade legal que possibilitou a proliferação de siglas: nada menos de 15 partidos elegeram candidatos em 1992. Permissividade que possibilitou inclusive o ritual da “dança das siglas”, pelo qual os partidos têm ampla liberdade para a formação de coligações eleitorais, as quais assumem conteúdos os mais díspares em cada caso concreto, contribuindo para tornar bastante tênues as identidades partidárias para o eleitorado, na medida em que a maior parte dos partidos não apresenta um padrão coerente de alianças político-eleitorais, nem se diferencia em termos político-programáticos.

Outro aspecto desse pleito foi o declínio relativo dos partidos diretamente ligados à oligarquia, que elegeram “apenas” 55% dos postulantes. Enquanto em 1988 os três principais partidos do Maranhão (PFL/PMDB/PTB) obtiveram 81% das prefeituras, em 1992 esses mesmos partidos caíram para 57,4% do total (com a perda de 32 prefeituras), sendo o PMDB o mais atingido. Aliás, este partido é exemplar nas contradições e ambigüidades de sua evolução, que caracterizam a já citada (quase) ausência de identidades partidárias: surgido com a reforma partidária de 1979, o PMDB era então oposição à oligarquia Sarney, com a qual se compôs em 1986 na “Aliança Democrática” (Cafeteira), rompendo logo após para formar a coligação oposicionista “Maranhão Livre” (João Castelo). Em 1992, o PMDB passava por um processo de disputa interna do qual resultou a vitória do grupo aliado à oligarquia, com o que o partido já em 1994 fez parte da coligação “Frente Popular” (Roseana Sarney). O PMDB também foi, ao longo desse período, abalado por cisões internas (tanto nacionais quanto estaduais) que ocasionaram a saída de vários grupos e pessoas do partido: o grupo “Nossa Luta na Constituinte” (base do PSB), o deputado Haroldo Sabóia, o grupo que formou o PSDB, entre outros.

Voltando às eleições de 1992, do ponto de vista do conjunto das oposições, estas mantiveram a tendência de crescimento anteriormente esboçada: os partidos ligados à coligação “Maranhão Livre” obtiveram cerca de 27% das prefeituras, enquanto os partidos da “Frente de Oposição Popular” elegeram 8% dos prefeitos. Cabendo destacar que a esquerda se consolidou especialmente na capital, onde elegeu sucessivamente como prefeitos Jackson Lago (1989/1992), Conceição Andrade (1993/1996) e novamente Jackson Lago (1997/?).

Este fato chama a atenção para não superdimensionar a maioria do bloco dominante, pois, afinal de contas, a vitória da esquerda em São Luís tem um peso político muito maior do que a vitória de qualquer partido nos pequenos municípios do interior do estado (muitos até com menos de mil eleitores). Contudo, os dados expressam a debilidade política e organizativa da oposição de esquerda no interior do estado, inversamente ao peso político-eleitoral dos principais partidos de sustentação da oligarquia regional.

QUADRO 10 - Grupos políticos, composição partidária e número de prefeituras
Eleições municipais - Maranhão (1992)

Grupo Político (composição aproximada)	Partido e número de prefeituras conquistadas	Total do grupo político	%
Maranhão do Povo (grupo Sarney)	<ul style="list-style-type: none"> • PFL - 45 • PTB - 18 • PSC - 12 	75	55,1 %
Maranhão Livre (grupo Castelo)	<ul style="list-style-type: none"> • PMDB - 15 • PPR (ex-PDS) - 9 • PSDB - 7 • PL - 3 • PSD - 3 	37	27,2 %
Frente de Oposição Popular (grupos de esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> • PDT - 6 • PSB - 4 • PT - 1 	11	8,1 %
outros partidos	<ul style="list-style-type: none"> • PTR - 4 • PMN - 4 • PST - 4 • PRP - 1 	13	9,6 %
Total geral	15 partidos políticos	136 prefeituras	100 %

Fonte: TRE - MA (1993).

O aumento da competição eleitoral também pode ser notado nas eleições de 1994. Nas eleições parlamentares, deve-se notar a grande quantidade de partidos em disputa e a diversidade partidária dos eleitos, tornando difícil definir com precisão a base de cada grupo na Assembléia Legislativa Estadual. Estimamos que a base parlamentar do governo Roseana Sarney deve oscilar entre 26 (quantidade de votos obtida pelo presidente da Assembléia, Manoel Ribeiro/ PSD, na sua reeleição) e 33 deputados (se excetuarmos os 5 deputados eleitos pelo grupo Castelo e os 4 eleitos pela esquerda através da "Frente Ética"). Se somarmos os 13 deputados federais e os dois senadores (Edison Lobão e Alexandre Costa) eleitos pelo grupo Sarney, veremos que o mesmo obteve um expressivo resultado. Além, obviamente, da vitória apertada de Roseana Sarney ao governo do estado pela "Frente Popular" (ver quadros 11 e 12).

Sobre essas eleições são necessárias mais algumas observações. Em primeiro lugar, o campo da oposição oligárquica foi bastante reforçado por duas adesões: a primeira, do senador Eptácio Cafeteira e seu grupo (agora de novo na oposição ao sarneísmo) e a segunda, da prefeita de São Luís, Conceição Andrade, e de seu partido (o PSB). Estes reforços, somados ao carisma do candidato da "União pelo Maranhão"

(Epitácio Cafeteira), tornaram as eleições de 1994 as mais disputadas para o governo do estado desde 1950 !!¹⁴

QUADRO 11 - Eleições para Governador - 1994 (1º e 2º turnos)

CANDIDATO / COLIGAÇÃO	1º turno		2º turno	
	Nº de Votos	%	Nº de Votos	%
ROSEANA SARNEY Frente Popular (PFL/PMDB/PSC/PP)	540.825	29,8 %	753.901	47,7 %
EPITACIO CAFETEIRA União pelo Maranhão (PPR/PSDB/PSB)	352.989	19,4 %	735.841	46,6 %
JACKSON LAGO Frente Ética (PDT/PT/PMN/PPS/PV)	231.513	12,7 %	-----	-----
FRANCISCO CHAGAS PSTU	21.057	1,2 %	-----	-----
BRANCOS	555.468	30,6 %	20.383	1,3 %
NULOS	114.885	6,3 %	70.113	4,4 %
TOTAL	1.816.737	100 %	1.580.238	100 %

Fonte: TRE - MA (1994).

QUADRO 12 - Eleições para deputado - 1994

PARTIDO / COLIGAÇÃO	DEP. FEDERAIS	DEP. ESTADUAIS
Frente Popular (PFL/PMDB/PP/PSC)	13	19
PSD / PTB	---	10
PL / PRP / PC do B	---	3
PTRB / PRN	---	1
União pelo Maranhão (PPR/PSB/PSDB)	3 (2) *	5
Frente Ética (PDT/PT/PMN/PPS/PV)	2 (3) *	4
TOTAL	18 (7 [6] partidos) *	42 (11 partidos)

Fonte: TRE - MA (1994).

* : Com a recontagem dos votos para deputado federal em março de 1996, a "Frente Ética" teve direito a mais um deputado (Haroldo Sabóia - PT), enquanto a "União pelo Maranhão" perdeu um (José Carlos Sabóia - PSB).

Em segundo lugar, o bloco de oposição à esquerda, desfalcado pela ruptura de Conceição Andrade e a saída do PSB, ficou praticamente estável em termos eleitorais, embora individualmente o PT tenha obtido um certo crescimento nas eleições proporcionais. O candidato Jackson Lago da "Frente Ética" sequer conseguiu repetir a

¹⁴ Em 1950, concorreram Eugênio de Barros (candidato de Vitorino) e Saturnino Belo (Oposições Coligadas). A posse de Eugênio de Barros, em meio às denúncias de fraude eleitoral, foi o estopim da já mencionada greve de 1951.

votação obtida por esse setor em 1990. Isto indica a existência de limites ao crescimento eleitoral da esquerda, dados por uma série de fatores, entre os quais gostaríamos de destacar as políticas clientelísticas e de cooptação adotadas pelos diferentes grupos oligárquicos, as debilidades dos movimentos sociais em que esse setor está apoiado, além da pouca visibilidade e diferenciação desse grupo diante dos demais. Este aspecto diz respeito às dificuldades do eleitorado em estabelecer identidades partidárias, o que condiciona o processo político-partidário, marcando-o fortemente com o personalismo dos candidatos, mesmo entre os partidos de esquerda.

As novas e contraditórias tendências do processo político-eleitoral podem ser detectadas nos resultados das eleições municipais de 1996 (ver quadro 13). De um lado, confirma-se a hegemonia da oligarquia Sarney, que conseguiu fazer valer os seus prognósticos anteriores ao pleito de eleger cerca de 150 prefeitos, distribuídos entre os partidos de sustentação do grupo. Por outro lado, entretanto, vários elementos indicam a presença de uma dinâmica eleitoral mais competitiva:

- a) um partido de esquerda, o PDT, foi individualmente o mais votado no Estado, para o que foi fundamental a vitória de Jackson Lago em São Luís, com 169 mil votos.
- b) o conjunto dos partidos que formaram a “Frente Ética” em 1994 elegeu apenas 15 prefeitos (6,9% do total), mas obteve quase um quarto dos votos dos vencedores (23,8% dos votos).
- c) o conjunto dos partidos ligados à oligarquia Sarney conquistou 152 prefeituras (70% do total), no entanto, em termos de votação, obteve apenas 59,5% dos votos dos vencedores.
- d) os grupos da oposição foram vitoriosos em 4 dos 7 maiores colégios eleitorais do Estado (os quais somam cerca de 30% de todo o eleitorado maranhense): o PDT ganhou em São Luís e Timon, enquanto o PPB (de Castelo e Cafeteira) conquistou as prefeituras de Bacabal e Codó. O grupo Sarney só foi vitorioso em Imperatriz (PMDB), Caxias (PSC) e Santa Inês (PFL).
- e) o número elevado de partidos com prefeituras: embora o peso de cada qual seja desigual, este fato revela a crescente complexidade da “hidrografia” político-partidária maranhense. No período de 1982 a 1996, houve o salto de 3 para 20 no número de partidos com prefeitos eleitos; no caso das eleições parlamentares, passou-se de 2 em 1982 para 6 (dep. federais) e 11 partidos (dep. estaduais) em 1994. Explicar essa proliferação foge aos limites deste trabalho, contudo, certamente tem relação com a nova dinâmica eleitoral existente no Maranhão.

Em síntese, as análises anteriores indicam que a consolidação do grupo Sarney no comando político estadual ocorreu simultaneamente ao processo de redemocratização do país a partir do final dos anos 1970. Esta oligarquia, utilizando-se dos inúmeros mecanismos à sua disposição, tem sido bem sucedida no “teste das urnas”, afirmando a sua hegemonia na política maranhense. Tal situação pode ser visualizada no quadro 14, no qual resumimos as informações já apresentadas sobre os resultados eleitorais de 1982 a 1996.

QUADRO 13 - Grupos políticos, número de prefeitos eleitos e votação dos candidatos vencedores por partido - Eleições municipais (Maranhão /1996)

Grupo político (composição aproximada)	Partido e nº de prefeituras conquistadas	Total (%)	Votação dos candidatos vencedores	Total (%)
“Frente Popular” (oligarquia Sarney)	<ul style="list-style-type: none"> • PFL - 51 • PMDB - 43 • PSD - 26 • PTB - 27 • PSC - 5 	152 (70%)	<ul style="list-style-type: none"> • PFL - 169.563 * • PMDB - 193.300 • PSD - 83.335 • PTB - 101.083 • PSC - 30.321 	577.602 (59,5%)
“União pelo Maranhão” (oposição oligárquica)	<ul style="list-style-type: none"> • PPB - 12 • PSDB - 18 • PSB - 4 	34 (15,7%)	<ul style="list-style-type: none"> • PPB - 60.137 * • PSDB - 61.782 • PSB - 4.666 	126.585 (13%)
“Frente Ética” (oposição de esquerda)	<ul style="list-style-type: none"> • PDT - 6 • PPS - 2 • PMN - 5 • PT - 2 	15 (6,9%)	<ul style="list-style-type: none"> • PDT - 199.218 • PPS - 3.841 • PMN - 17.035 • PT - 10.429 	230.523 (23,8%)
outros partidos	<ul style="list-style-type: none"> • PST - 1 • PL - 4 • PRTB - 1 • PRP - 4 • PT do B - 2 • PTV - 1 • PSL - 2 • PCB - 1 	16 (7,4%)	<ul style="list-style-type: none"> • PST - 1.358 • PL - 8.077 • PRTB - 547 • PRP - 12.378 • PT do B - 6.956 • PTV - 1.438 • PSL - 3.816 • PCB - 1.025 	35.595 (3,7%)
Total geral	20 partidos	217 (100%)		970.305 (100%)

Fonte: TRE - MA (1996). Utilizamos a votação dos candidatos vencedores em cada município para efeito de cálculo por ser a única disponível no TRE.

*: Faltou contabilizar uma prefeitura para o PFL e outra para o PPB, devido a erro na informação prestada pelo TRE - MA.

Contudo, a esta tendência à hegemonia do grupo Sarney, veio se contrapor na década de 1990 uma nova tendência do processo eleitoral: o aumento da competitividade e da incerteza políticas. Com base nos dados das eleições dos anos 1990, podemos levantar a hipótese de uma crise de legitimidade política da oligarquia Sarney, crise que tem o processo eleitoral como um de seus elementos explicativos, dentre outros que convêm examinar.

QUADRO 14 - Bases Políticas da oligarquia Sarney (1982/1996)

	1982	1986	1990	1994
Partido/ Coligação	PDS	Aliança Democrática	Maranhão do Povo	Frente Popular
Governadores	1	1	1	1
Senadores	1	2	1	2
Dep. federais	14 (em 17)	16 (em 18)	8 (em 18)	13 (em 18)
Dep. estaduais	33 (em 41)	34 (em 42)	17-19 (em 42)	26-33 (em 42)
Prefeitos	126 (em 132)	110 (em 136)	75 (em 136)	152 (em 217)

Fonte: quadros 3 a 13.

Obs.: Para evitar equívocos, lembramos que as eleições municipais foram realizadas em 1982, 1988, 1992 e 1996.

3. ALGUMAS NOTAS INCONCLUSIVAS

Da análise de conjunto dos dados eleitorais acima apresentados, algumas conclusões ressaltam:

1. a oligarquia Sarney, apesar das dificuldades, tem conseguido se viabilizar como uma “oligarquia que governa em um sistema democrático”, na medida em que, através do processo eleitoral, tem obtido legitimidade para o exercício da sua dominação política no estado do Maranhão.
2. a partir das eleições de 1990, aumentou o índice de competitividade eleitoral, evidenciado pelo fortalecimento da oposição oligárquica, surgida no seio da própria oligarquia Sarney e tendo como principais expoentes políticos as figuras de João Castelo e Eptácio Cafeteira. Este é o principal eixo de polarização do processo político-eleitoral estadual: o conflito intra-oligárquico.
3. o processo de organização e luta dos movimentos sociais e populares possibilitou a entrada na cena política estadual de atores partidários identificados com esses setores e dotados de autonomia diante dos diferentes grupos oligárquicos (embora não estejam imunes à cooptação política). Esse setor, que identificamos enquanto partidos de esquerda, apesar da heterogeneidade, também se beneficiou com o aumento da competição eleitoral verificado nesse período, embora não tenha se constituído como principal pólo de oposição à hegemonia da oligarquia Sarney.

Uma questão que se coloca a partir dessas conclusões é explicar as razões desse maior dinamismo eleitoral no Maranhão a partir do final dos anos 1980. Sem tentar abranger todos os aspectos possíveis, gostaríamos de levantar alguns fatores de ordem estrutural, que consideramos relevantes para a análise.

O primeiro deles foi o aumento do eleitorado maranhense, em consonância com as tendências nacionais. O que ressalta neste ponto é que a expansão do eleitorado foi muitas vezes superior ao crescimento populacional, devido a fatores vários, como o envelhecimento da população, a expansão do sistema educacional e, mais recentemente,

a extensão do direito de voto aos analfabetos e maiores de 16 anos. Tomando como base 1966 (ano da revisão eleitoral) e comparando com 1996, o eleitorado maranhense em apenas 30 anos foi quase decuplicado em números absolutos e multiplicado por 6 em termos percentuais. Embora inferior ao índice nacional, a tendência do índice maranhense é aproximar-se cada vez mais da média brasileira (ver quadro 15).

QUADRO 15 - Evolução do eleitorado do Maranhão (1962/1996)

Ano	Eleitorado (em milhares)	Relação entre o eleitorado e a população total	Relação para o Brasil
1962	497	18,7 %	25,0 %
1966	292	9,2 %	26,7 %
1970	471	15,7 %	31,1 %
1974	675	20,7 %	31,1 %
1978	1.078	30,4 %	39,5 %
1982	1.447	33,7 %	46,4 %
1986	1.726	38,2 %	49,9 %
1990	2.256	46,4 %	55,7 % (1989)
1994	2.615	50,7 %	-----
1996	2.782	53,3 %	-----

Fontes:

a) Maranhão (1962/1982): SANTOS, 1987:56-59.

b) Maranhão (1986/1996): IBGE e TSE (1996).

c) Brasil (1962/1989): LIMA JÚNIOR, 1994:29.

Ao crescimento do eleitorado, deve-se acrescentar a intensificação do processo de urbanização ocorrido nas últimas décadas (ver quadro 16). Entre 1960 e 1991, a população urbana saltou de 18% para 40% da população do estado, podendo-se estimar que esteja próxima dos 50% na segunda metade dos anos 1990. Por conta dessas mudanças, houve uma concentração de população na periferia das grandes e médias cidades, evidenciando uma importante alteração no perfil demográfico do estado. A título de demonstração, destacamos que, segundo o IBGE (Contagem da População - 1996), dentre os 217 municípios maranhenses, apenas os 25 maiores municípios concentram cerca de 47% da população do estado, ao mesmo tempo em que os cinco maiores (São Luís, Imperatriz, Caxias, Timon e Codó) detêm em conjunto 26,2% da população.

A mesma tendência de concentração existe no tocante ao eleitorado maranhense, conforme pode ser visualizado no quadro 17. Apenas os sete maiores colégios eleitorais detêm cerca de 30% do eleitorado, enquanto as 24 maiores cidades concentram 46,1% de todos os eleitores do Maranhão. A concentração seria ainda maior não fosse a criação dos 81 novos municípios. Estes, por sua vez, aglutinam apenas 12,5% do eleitorado, estando a grande maioria desses novos municípios na faixa que vai até 10 mil eleitores.

QUADRO 16 - População urbana, rural e total - Maranhão (1950/1991)

	1950	1960	1970	1980	1991
População Urbana	274.288	442.995	752.027	1.255.156	1.972.008
%	17 %	18 %	25 %	31 %	40 %
População Rural	1.308.960	2.034.376	2.240.886	2.741.248	2.957.014
%	83 %	82 %	75 %	69 %	60 %
População Total	1.583.248	2.477.371	2.992.686	3.996.404	4.929.029

Fonte: Censos Demográficos - IBGE. Apud FEITOSA, 1994.

QUADRO 17 - Eleitorado maranhense por faixa de eleitores

Faixa de eleitores	Número de municípios	Total do eleitorado	%
Mais de 40.000	7	826.927	29,7%
De 20.001 a 40.000	17	454.923	16,4%
De 10.001 a 20.000	63	853.747	30,7%
De 1 a 10.000	130	646.519	23,2%
Total	217	2.782.116	100%

Fonte: TSE (1996).

Nesse mesmo período, a força de trabalho ocupada na agricultura decresceu de 82,4 % para 64,7 %, ao mesmo tempo em que cresciam as atividades tipicamente urbanas, como a indústria (em menor escala), o comércio e o setor de transportes (ver quadro 18). Em termos educacionais, a situação é absolutamente catastrófica, pois, segundo o Censo de 1991, havia mais de dois milhões de analfabetos no Maranhão, representando cerca de 49% da população com cinco anos ou mais de idade (ver quadro 19). Com certeza, mais um triste “recorde” a ser debitado na conta dos grupos dominantes regionais. Mas, por outro lado, não se pode negar que houve uma relativa diminuição do analfabetismo entre as décadas de 1970 e 1990, embora consideremos particularmente que os dados do IBGE sejam otimistas.

Apesar da difícil avaliação, o conjunto dessas mudanças causou uma série de impactos contraditórios nos padrões de comportamento político da população maranhense. Se, por um lado, a migração para a cidade, ao estabelecer novas formas de sociabilidade, subverteu em parte as relações de tipo pessoal e clientelístico ainda vigentes nas zonas rurais do Maranhão; por outro, a própria situação de carência vivenciada na periferia das cidades por essas populações migrantes colocou na ordem do dia a manutenção das relações clientelísticas, agora redimensionadas para padrões urbanos. É dessa tensão entre subversão e continuidade da cultura política clientelística da população, que nascem as condições de possibilidade para o crescimento das oposições, tanto oligárquicas quanto de esquerda, e muito especialmente destas, que

objetivam a construção de uma nova cultura política centrada na idéia de cidadania e baseada na participação organizada da população através de movimentos sociais e populares.

QUADRO 18 - População Economicamente Ativa por
Atividade Principal - Maranhão (1960/1990)

	1960	1970	1980	1990
Agricultura e Extrativismo	82,4 %	78,4 %	61,7 %	64,7 %
Indústria de Transformação	2,9 %	5,1 %	8,1 %	10,8 %
Comércio e Transporte	5,1 %	6,0 %	7,3 %	11,7 %

Fonte: FEITOSA, 1994.

QUADRO 19 - Índice de Analfabetismo no Maranhão -1960/1991
(em percentual e números absolutos)

	1960	1970	1980	1991
População urbana	31,2 % (97.167)	35,7 % (226.207)	36,3 % (385.143)	35,6 % (610.429)
População rural	72 % (976.161)	75,6 % (1.403.935)	66,8 % (1.490.366)	57,9 % (1.438.167)
População total	64,4 % (1.073.328)	65,4 % (1.630.142)	57 % (1.875.509)	48,8 % (2.048.596)

Fonte: Censos Demográficos - IBGE

Nota 1: o critério adotado pelo IBGE é: "não sabe ler nem escrever".

Nota 2: para 1960 o índice é para "pessoas de 10 anos e mais de idade", já para os censos seguintes o critério do IBGE recaiu sobre as "pessoas de 5 anos e mais".

Nota 3: nos anos de 1970 e 1980, foram incluídas as pessoas "sem declaração".

Assim, o processo de modernização capitalista do Maranhão, apoiado ativamente pela oligarquia Sarney, criou contradições que ameaçam a continuidade política dessa mesma oligarquia, a qual experimenta uma profunda crise de legitimidade. Segundo nossa hipótese, o aumento da incerteza político-eleitoral deve ser apontado como fator determinante na mudança relativa das orientações políticas seguidas pela oligarquia dominante. Esta se viu confrontada e ameaçada pelos resultados do seu relativo "sucesso", tendo que fortalecer e/ou aprimorar toda uma série de mecanismos visando a sua perpetuação no poder, num processo que mescla continuidades e "inovações". Dentre as continuidades, gostaríamos de destacar alguns mecanismos tradicionalmente utilizados pelo poder oligárquico:

1. a articulação com o governo federal: fonte de benefícios de toda ordem, em troca do apoio da bancada federal sob controle da oligarquia. O pacto de solidariedade recíproca entre o grupo Sarney e o governo FHC, de acordo com o conhecido "governismo" da oligarquia.

2. a utilização patrimonialista da “máquina” pública estadual:

- a) utilização de cargos e verbas como moeda de troca política;
- b) controle sobre os poderes Executivo (via governadores), Legislativo (maiorias parlamentares) e Judiciário (indicação política de juízes);
- c) concessão de benefícios ao empresariado em troca de apoio político e financeiro;
- d) o controle e manipulação dos municípios pela via administrativa e financeira;
- e) o recurso à fraude eleitoral, como comprovado pela aceitação do TSE aos recursos impetrados pela oposição quanto às eleições de 1994, depois dos mesmos terem sido rejeitados pelo TRE-MA.

O caso da fraude eleitoral no Maranhão adquiriu destaque nacional, questionando o caráter “democrático” da oligarquia e colocando no mínimo em suspeição a idoneidade e autonomia do TRE-MA. Foi inúmeras vezes citado por jornais de circulação nacional, como nestes exemplos extraídos do jornal “Tribuna Popular” (1997:2): “... por que o TRE levou oito meses e meio para proceder à recontagem? Os indícios de fraude ficaram expostos ainda no decorrer da primeira apuração ... O TRE maranhense não presidiu eleição, presidiu fraude” (Jânio de Freitas, Folha de São Paulo - 28.06.95, p.1-5), ou então, “no Maranhão, a recontagem atingiu apenas 8% das urnas e produziu este resultado. Em 95% delas, houve fraude” (Tereza Cruvinel, O Globo - 24.06.95, p.2), ou ainda, “em 481 urnas apuradas, houve aumento de 15,8% nos votos em branco e de 14,17% de nulos. A coligação PFL-PMDB-PSC-PP, que elegeu a governadora Roseana Sarney (PFL), foi a que mais perdeu na recontagem” (Folha de São Paulo - 24.06.95, p.1-10).

A fraude se constituindo, dessa forma, em um recurso fundamental para minimizar a incerteza do processo eleitoral. Contudo, na medida em que os protestos da sociedade civil (organizada no “Movimento pela Verdade Eleitoral”)¹⁵, conjugados à ação jurídica junto ao TSE, conseguiram alguns resultados positivos no combate à fraude (pelo menos no tocante às eleições para deputado federal), indicando as limitações (mas não a impossibilidade) dessa ferramenta tradicional do poder oligárquico na atual conjuntura política nacional, o grupo dominante tem procurado inovar em sua atuação. Ciente do processo de deslegitimação política e social em curso, a oligarquia Sarney busca através da “inovação” (re)construir sustentáculos junto à população maranhense, num esforço coordenado de legitimação política que segue, segundo nos parece, quatro direções principais.

A primeira delas consiste no que podemos chamar de uma nova aposta modernizante, sob o lema de “Um Novo Tempo” do governo Roseana Sarney. O discurso do “Novo Tempo” é pensado como a inserção do Maranhão nos novos tempos da globalização e do neoliberalismo, com suas perspectivas amplamente desfavoráveis à classe trabalhadora. Novamente, um discurso imposto a partir de fora, dos processos mais gerais que atuam na sociedade brasileira e mundial, evidenciando a grande capacidade mimética da oligarquia.

Nesse sentido, o governo estadual tem adotado uma política de investimentos em infra-estrutura de energia e transportes, além de uma política de atração de investimentos industriais, baseada na concessão de uma série de incentivos fiscais (alguns estaduais, outros federais) e nas “vantagens comparativas” de uma mão-de-obra barata, desqualificada e desorganizada. Por enquanto, o maior exemplo dessa

¹⁵ Só para lembrar, a reivindicação de “verdade eleitoral” no Brasil remonta à década de 1920, tendo sido inclusive um ponto defendido pelo movimento tenentista em suas inúmeras rebeliões contra o sistema liberal oligárquico da Primeira República.

política industrial foi a implantação da “fábrica” coreana em Rosário, um primor das “novas” relações industriais, em que a adoção do modelo de cooperativas de produção encobre a inexistência de direitos sociais e trabalhistas, de acordo com as exigências mundiais de maximização do lucro capitalista. Iniciativa, aliás, aplaudida pelo governo Fernando Henrique Cardoso como bastante promissora para o ingresso do Maranhão na “modernidade” capitalista.

Por conseguinte, o “Novo Tempo” significa a integração da economia maranhense aos modelos “modernos” de precarização e super-exploração do trabalho no novo mundo industrial que surge com a terceira revolução industrial. Contraditório é observar que, numa região onde a validade dos direitos trabalhistas, especialmente no campo e nas pequenas cidades, nunca foi uma realidade tão extensa, esse modelo “moderno” é saudado pela própria população como algo positivo, diante da completa falta de perspectivas de emprego e renda. A miséria popular continua sendo o substrato das políticas de modernização empreendidas pela oligarquia. O “moderno” e o “atrasado” mais uma vez conjugados, segundo uma lógica discursiva que apresenta os “benefícios” da modernização como “doações” do governo estadual a uma população carente e sofredora.

A segunda estratégia da oligarquia reside em suas políticas de reforma e racionalização do aparelho estatal estadual. Ao lado da adoção do receituário neoliberal quanto à privatização de estatais e demissão de funcionários públicos, há um movimento de racionalização da “máquina pública”, por via da realização de concursos públicos, otimização da alocação de recursos humanos, adoção de planos de carreira para o funcionalismo, controle das contas públicas, melhoria do sistema fiscal do Estado e até do pagamento em dia do funcionalismo (algo considerado “extraordinário e inovador”).

A racionalização implica, inclusive, na mudança de forma do tradicional clientelismo ligado ao serviço público: não apenas o clientelismo baseado no “favor” da obtenção do emprego público ou qualquer outro benefício, mas também a (re)construção de formas de clientelismo “institucional”, a exemplo da antiga SEDESC (Secretaria de Desenvolvimento Social e Comunitário, hoje transformada em Secretaria de Solidariedade e Cidadania) ou do programa “Minha Casa”, de concessão de recursos para a construção ou reforma de habitações para o funcionalismo público estadual.

A construção discursiva do “Novo Tempo” ressalta a “eficiência” e a “transparência” administrativas do governo, que, dessa forma, se adequaria aos reclamos da sociedade por uma “boa administração”, a qual respeite a *res publica*. Há nesse discurso um tom antecipatório e preventivo, que procura desqualificar de antemão um eixo da crítica oposicionista (tanto oligárquica, quanto de esquerda), em parte pautada em acusações de corrupção, “roubalheira” e malversação do dinheiro público pela oligarquia dominante, a exemplo do discurso da “Frente Ética” (que contrapõe de forma clara ética x corrupção). A realização de uma “boa administração” resulta em dividendos políticos óbvios para a continuidade da oligarquia¹⁶, inclusive por conta da aprovação da emenda da reeleição no Congresso Nacional.

Contudo, abre-se espaço para algumas indagações pertinentes. A principal delas está na contradição entre a proposta de racionalização da “máquina pública” e o padrão patrimonialista de utilização do Estado como sustentáculo político da oligarquia.

¹⁶ Como de resto para todos os governos, tanto à direita quanto à esquerda do espectro político-partidário, conforme parecem ter evidenciado os resultados das eleições municipais de 1996 nos grandes centros urbanos do país, desde São Paulo até Porto Alegre. Embora deva ser encarada apenas enquanto tendência do eleitorado.

Embora seja fácil sucumbir à idéia de que na verdade existe apenas um processo de “racionalização do patrimonialismo”, as coisas não parecem tão simples assim. Por um lado, parece correta a assertiva de que a oligarquia não pode romper com o patrimonialismo, na medida em que suas bases políticas em todo o Maranhão foram forjadas a partir dessa cultura política, de que um exemplo recente foi a criação dos novos municípios para atender aos interesses predatórios de grupos locais.

Mas, por outro lado, é interessante observar que a ascensão de lideranças regionais em municípios chave do interior do estado está associada em larga medida à adoção de padrões mais “modernos” de administração municipal, em contraponto (ou, para ser mais preciso, em coexistência) à tradicional concepção patrimonialista (que ainda é muito forte e mesmo predominante) dos municípios como “feudos” pessoais ou familiares. O surgimento de uma “nova” mentalidade administrativa e gerencial do poder público, mesmo em escala municipal, consiste num fenômeno que não pode ser desprezado nas análises da política estadual, sob pena de não apreendermos o processo em suas múltiplas contradições.

Porém, essa “guinada racionalizante” liga-se a uma terceira estratégia adotada pela oligarquia em seu esforço de construir bases de legitimidade política. Do nosso ponto de vista, esta mudança indica também o deslocamento progressivo (mas não absoluto) dos mecanismos de sustentação da oligarquia: além do “clássico” clientelismo patrimonialista, a oligarquia tem investido intensamente na formação de “currais eleitorais eletrônicos”, baseada em seu domínio quase absoluto dos meios de comunicação de massa, fundamental mecanismo de controle e manipulação ideológica da população.

Embora seja um aspecto nunca negligenciado pelo grupo dominante, chama a atenção o seu investimento nesse setor. Não é por acaso que o Sistema Mirante de Comunicação, controlado pela oligarquia, tem se expandido consideravelmente, via novos investimentos e utilização de tecnologia de ponta (satélite, internet, etc.), visando alcançar todo o território estadual. Configurando, desse modo, um importante complexo de comunicações (rádio, jornal e tevê) sob o controle privado da oligarquia, fonte de lucros materiais e políticos. Se associarmos a esse quadro as limitações do que pode ser considerada “imprensa independente” no Maranhão, além do controle de ramos dos meios de comunicação de massa por outros grupos políticos, teremos a antevisão de uma “ditadura comunicativa” de grande poder de influência junto à população.

Por último, como quarta estratégia, temos uma mudança no comportamento da oligarquia quanto aos movimentos sociais no Maranhão, estabelecendo relações mais “modernas” (leia-se: de cooptação) baseadas no diálogo e na colaboração. Sobre este ponto, uma breve análise comparativa do governo Roseana Sarney com o governo FHC pode ser elucidativa. Embora ambos adotem o neoliberalismo como guia, neoliberalismo apontado na literatura como desarticulador do mundo do trabalho e dos movimentos sociais, observa-se uma nítida diferenciação de comportamento que só pode ser entendida à luz das diferentes conjunturas políticas enfrentadas por esses governos.

O governo FHC, amparado em seu amplo apoio político-parlamentar e no prestígio adquirido com o Plano Real, tem praticado o que pode ser considerada uma “política de erradicação” dos movimentos sociais e populares no país, só minimizada quanto ao movimento dos sem-terra (MST), que graças à sua estratégia de ação política ganhou espaço e visibilidade a nível nacional e internacional, obrigando o governo federal a reconsiderar, pelo menos no discurso, seu posicionamento quanto à questão agrária no

país, diante do amplo apoio conquistado pelo MST junto à opinião pública e ao declínio de popularidade do governo FHC nos primeiros meses de 1997.

Já o governo estadual, ciente dos indícios de crise de legitimidade política da oligarquia dominante (evidenciada, entre outros aspectos, pelos últimos resultados eleitorais), adota uma política sistemática de cooptação dos movimentos sociais no estado, procurando veicular a idéia de que os conflitos sociais vêm sendo “resolvidos” no Maranhão por conta da “nova” vontade política do governo estadual e de seu diálogo franco e aberto com todos os setores sociais. Embora essa postura não implique o abandono da repressão policial, sua “modernidade” é freqüentemente ressaltada pelo discurso oficial, indicando os limites à ação da oligarquia ditados pela conjuntura sócio-política estadual.

Em suas várias dimensões, portanto, o discurso do “Novo Tempo” desvenda as estratégias adotadas pela oligarquia visando a sua perpetuação no poder. Estratégias denunciadoras do mimetismo do grupo dominante, capaz de um cálculo político que antecipa, na medida do possível, os elementos de desestabilização do poder vigente, buscando neutralizá-los e/ou cooptá-los. Se isto é verdadeiro quanto aos movimentos sociais e partidos de esquerda, também o é para a oposição oligárquica, ou mesmo um foco de oposição oriundo do empresariado.

Neste sentido, a oligarquia procura sustar a possibilidade de um “efeito Ceará” no Maranhão. Por “efeito Ceará”, entendemos a ascensão política de um grupo de grandes empresários filiados ao PSDB (com destaque para Tasso Jereissati e Ciro Gomes), baseados na crítica ao poder dos oligarcas e coronéis do Ceará e na defesa de princípios de uma administração racional e eficiente (ou melhor, empresarial) do poder público. No Maranhão, percebe-se um esboço dessa crítica empresarial na candidatura do “bem sucedido empresário” Afonso Manoel (do mesmo PSDB) a prefeito de São Luís em 1996. Este é, entre outros, um elemento explicativo da já mencionada “guinada racionalizante” da oligarquia.

Para finalizar, resta-nos analisar brevemente o estatuto do “novo” do discurso atual da oligarquia. Conforme indicamos, na década de 1960 o discurso do “Maranhão Novo” se construiu em oposição ao “obscurantismo”, ao “atraso”, representado pela oligarquia Victorino Freire. Era um ritual de celebração da “morte do passado”, da “morte da pobreza”, que deviam ser enterrados para poder emergir o “novo”, construtor da “liberdade” do Maranhão. Por razões óbvias, esta imagem não adquire o mesmo significado na lógica discursiva do “Novo Tempo”, pois implicaria negar a validade das três décadas de existência do grupo Sarney.

Para resolver esta “contradição em termos”, duas operações lógicas são empreendidas: de um lado, observa-se a preservação do mito de fundação da oligarquia (a ritualização da “morte do passado”) para indicar a idéia de ruptura no sistema político estadual; mas, por outro lado, ressalta-se a continuidade do “novo”, agora em outro patamar, mais adequado às indagações e inquietações do presente. Se o “patriarca” construiu os alicerces do edifício da “modernidade”, sua “herdeira” é responsável pelo prosseguimento da obra “regeneradora”, rumo a uma nova “idade de ouro” no Maranhão. Portanto, “Maranhão Novo” e “Novo Tempo”, muito mais que slogans governamentais, representam o discurso e a trajetória de uma oligarquia modernizante no âmbito regional, que busca conciliar as exigências contraditórias do capitalismo e da democracia, numa situação duplamente periférica e dependente.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria H. Tavares de & SORJ, Bernardo (orgs.). **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- BOBBIO, Norberto et alli. **Dicionário de Política**. Brasília, Editora da UnB, 1992. 2 volumes.
- BORGES, Arleth Santos. **A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão**. São Luís, 1997. (dissertação de mestrado em fase de preparação).
- CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. "As eleições de 1974 no Maranhão". In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, UFMG, 1976. Nº 43, pp. 37/68.
- _____. "Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão". In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, separata do nº 46. Belo Horizonte, UFMG, 1978. pp. 57-89.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996.
- CORRÊA, Rossini. **Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís, SIOGE, 1993.
- COSTA, Wagner Cabral da. **O rosto rural da Igreja: a atuação da CPT no Maranhão (1976/1981)**. São Luís, UFMA, 1994. (Monografia de conclusão de curso).
- DANTAS, Iberê. "Sobre o conceito de Oligarquia". In: **CADERNOS UFS: HISTÓRIA**. São Cristovão, Editora da UFS, 1996. Vol. 2, n.2.
- FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **O processo sócio-econômico do Maranhão: história e desenvolvimento**. Belém, UFPA/NAEA, 1994. (Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento).
- FIORI, José Luís. **O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1995.
- _____. "In memoriam". In: **Folha de São Paulo**, 13/07/1997. Caderno "Mais!", p.10.
- FLEISCHER, David. "Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se voltava contra o feiticeiro". In: SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). **21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. pp. 154-197.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censos Demográficos, Anuários Estatísticos e Contagem da População (1960, 1970, 1980, 1991, 1994, 1996).
- GOLDENSTEIN, Lídia. **Repensando a Dependência**. RJ, Paz e Terra, 1994.
- Jornal "Folha de São Paulo", 16 / nov / 1996. Caderno Especial "Eleições 96".
- Jornal "O Estado do Maranhão". São Luís, Maranhão. (datas variadas)
- Jornal "Tribuna Popular". São Luís, Maranhão, Ano I, nº 1, jan/fev/mar - 1997.
- LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos e Utopias: o Brasil no limiar dos anos 90**. São Paulo, Edições Loyola, 1989.
- LESSA, Renato. **A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira**. São Paulo, Vértice; Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. "O mercado político e o sistema partidário no Brasil: 1945 a 1990". In: DINIZ, Eli et alli (org.). **O Brasil no rastro da crise: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90**. São Paulo, ANPOCS/IPEA/HUCITEC, 1994.
- MARTINS, Luciano. "A liberalização do regime autoritário no Brasil". In: SCHIMITTER, O' DONNELL & WHITEHEAD (orgs.). **Transições do Regime Autoritário - América Latina**. São Paulo, Vértice, 1988.
- NOVAES, Carlos Eduardo. **É dando que se recebe ... e mais 1499 frases tiradas da boca da História (1964/1994)**. São Paulo, Ática, 1994.
- PALHANO, Raimundo Nonato et alli. **O poder público e a questão do desenvolvimento econômico maranhense (1956/63): o Maranhão na nova divisão nacional do trabalho e a interpretação das idéias e ideologias sobre o desenvolvimento do Maranhão**. São Luís, IPES, 1983. (Estudos Monográficos, 10).
- REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1850/1930)**. Campinas, UNICAMP, 1992. (dissertação de mestrado).
- RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Economia e política no Maranhão em tempo de ditadura: a relação entre a Associação Comercial do Maranhão e o governo de Paulo**

- Ramos durante o Estado Novo.** São Luís, UFMA, 1992. (Monografia de conclusão de curso).
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Crise e Castigo: partidos e generais na política brasileira.** São Paulo, Vértice; Rio de Janeiro, IUPERJ, 1987.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964/1985).** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e Política no Brasil.** São Paulo, DIFEL, 1973.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). **21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas.** Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- _____. **Os Militares: da Abertura à Nova República.** São Paulo, Paz e Terra, 1986.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO (TRE-MA). **Eleições de 1982.** São Luís, SIOGE, 1982.
- _____. **Eleições de 1986.** São Luís, SIOGE, 1986.
- _____. **Eleições de 1988.** São Luís, SIOGE, 1989.
- _____. **Eleições de 1990:** divulgação final. São Luís, 1990. (mimeo.).
- _____. **Eleições de 1992.** São Luís, SIOGE, 1993.
- _____. **Eleições de 1994:** relatório de votação final dos candidatos. São Luís, 1994. (mimeo.).
- _____. **Eleições de 1996:** relatório de votação final dos candidatos. São Luís, 1996. (mimeo.).
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Sistema de Estatística do Eleitorado. 1996.
- TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento.** São Luís, FIPES, 1981.